



A PRESIDENTE

**Cerimónia de  
tomada de posse do Vice-Presidente do Tribunal de Contas, o Juiz Conselheiro  
António Francisco Martins**

Intervenção da Presidente do Tribunal de Contas, Filipa Urbano Calvão

4 de novembro de 2025

Auditório do Tribunal de Contas – Av. Barbosa du Bocage, 69, Lisboa



A PRESIDENTE

Senhor Presidente do Supremo Tribunal de Justiça – Juiz  
Conselheiro João Cura Mariano

Senhor Presidente do Tribunal Constitucional – Juiz  
Conselheiro José João Abrantes

Senhor Juiz Conselheiro Pedro Marchão Marques, em  
representação do Supremo Tribunal Administrativo

Senhor Procurador-Geral da República – Conselheiro Amadeu  
Francisco Ribeiro Guerra

Senhoras e Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas,  
(e permitam-me que dirija uma saudação especial ao Senhor  
Conselheiro José Tavares, que se junta a nós a partir de  
Londres)

Senhor Presidente do Conselho de Administração do MENAC  
– Juiz Conselheiro José Mouraz Lopes

Senhoras Diretora-Geral e Subdiretoras-Gerais

Senhores dirigentes e funcionários desta Casa

Distintos Convidados, incluindo quem nos acompanha por  
videoconferência, a partir das Secções Regionais do Tribunal  
em Ponta Delgada e no Funchal



A PRESIDENTE

Minhas Senhoras e Meus Senhores

Em nome do Tribunal de Contas, permitam que comece por agradecer a presença de Vossas Excelências – que vivamente saúdo – nesta cerimónia de tomada de posse do Senhor Juiz Conselheiro António Francisco Martins como Vice-Presidente desta Instituição, na sequência da sua reeleição, no passado dia 23 de outubro.

E permitam, ainda, que deixe uma palavra de reconhecimento e apreço pelo trabalho desenvolvido pelo Senhor Conselheiro ao longo do mandato que agora se conclui, e cujo último ano pude acompanhar.

Senhor Conselheiro, a sua disponibilidade, colaboração e diligência foram essenciais para a serenidade da transição que o início do meu mandato como Presidente deste Tribunal assinalou – e auguram bem, não duvido, para o caminho que, nos próximos três anos, continuaremos a percorrer em conjunto.

Nem poderia ser de outro modo.



A PRESIDENTE

É conhecida a dedicação do Senhor Conselheiro António Martins a esta Casa e à sua Missão.

Uma dedicação ancorada no ensejo de serviço ao país, no zelo por garantir que os recursos públicos são utilizados com rigor, eficiência e responsabilidade, sempre em benefício do bem comum e em conformidade com os mais elevados padrões de ética pública.

Esse mesmo propósito orienta a ação do Tribunal – que deve contribuir para a sustentabilidade das finanças públicas e para a consolidação de uma cultura de integridade, pilar essencial da credibilidade do Estado e da confiança dos cidadãos.

Integridade, responsabilidade e independência.

São estes os valores que nos unem e que orientam o nosso trabalho, tanto no exercício individual das nossas funções quanto no esforço coletivo que nos define enquanto instituição.

E o Plano Estratégico Trienal 2026 – 2028, recentemente aprovado, é a expressão mais clara dessa orientação e desse esforço, traduzindo o resultado de uma reflexão profunda sobre o ambiente em que o Tribunal atua, sobre os riscos que enfrenta, mas também sobre os desafios e as oportunidades que deve aproveitar.



A PRESIDENTE

A partir desse diagnóstico, delinearam-se três Objetivos Estratégicos, concretizados em Eixos Prioritários de Ação, que servirão de guia à nossa atuação no próximo triénio.

O primeiro objetivo – *Rigor e Responsabilização* – será reforçar a eficiência, a tempestividade e a consistência do controlo, como condição essencial para garantir que a utilização dos recursos públicos se traduz em resultados efetivos e transparentes.

Os gestores públicos têm o dever de prestar contas com clareza e rigor, demonstrando aos cidadãos que o resultado de cada decisão respeita o princípio da legalidade e a ética pública.

Ao Tribunal de Contas compete promover a transparência e a fiabilidade da gestão financeira pública, não apenas detetando e corrigindo irregularidades, mas, sobretudo, construindo e estimulando uma cultura de responsabilidade e de prestação de contas.

E é assim que, através de mecanismos de controlo e de uma intervenção tempestiva e adequada, o Tribunal assegura que as responsabilidades financeiras são efetivamente apuradas e que a confiança dos cidadãos é consistentemente fortalecida.

O segundo objetivo – *Gestão e Sustentabilidade* – atende a que, num tempo de grandes transformações e de exigências acrescidas sobre o



A PRESIDENTE

investimento público, o Tribunal tem o dever de prever e de prevenir riscos, e de avaliar, com independência, a execução das opções que moldam o futuro coletivo.

Assim, entende-se que o controlo oportuno dos grandes investimentos públicos – um controlo externo, independente e atento às áreas de maior impacto e às zonas de maior vulnerabilidade – é uma condição essencial para preservar a sustentabilidade das finanças públicas e consolidar a confiança dos cidadãos na gestão do Estado.

Por essa razão, o Tribunal de Contas assume um papel ativo e preventivo, intervindo de forma seletiva e estratégica, com foco nas matérias de maior relevância material e risco potencial. A sua ação é, assim, um instrumento de sustentabilidade e de credibilidade, que contribui não apenas para a boa utilização dos recursos, como também para o fortalecimento da confiança pública e da própria democracia.

No terceiro objetivo – *Transformação Digital e Qualidade* – é feito um fortíssimo investimento.

Porque a qualidade e o impacto das decisões do Tribunal de Contas dependem, em larga medida, da sua capacidade de inovação, adaptação e modernização.



A PRESIDENTE

Mas o processo de transformação digital em curso é bem mais do que uma atualização tecnológica: é uma verdadeira mudança de paradigma e da forma como o Tribunal trabalha, comunica e acrescenta valor à sociedade.

E é uma mudança que caminha, lado a lado, com o desenvolvimento de um sistema de gestão da qualidade, que assegure a coerência, a segurança e a fiabilidade da nossa atuação.

Mas a tecnologia, por si só, não basta. O verdadeiro motor da transformação são os trabalhadores desta Casa — as pessoas que, com o seu saber e o seu compromisso, sustentam a excelência do Tribunal.

Investiremos na sua capacitação — na ética, na responsabilidade e na inovação que caracterizam o serviço público de qualidade. Fá-lo-emos, além disso, alinhados com as melhores práticas internacionais, reforçando a cooperação com instituições congéneres e projetando o Tribunal de Contas como referência nacional e internacional — de tradição e experiência, tanto quanto de abertura e modernidade.

E investiremos, também, nas condições de trabalho, concretamente, as associadas ao edifício, que exige atenção. Foi dado início ao processo que responderá a esta exigência. E antecipamos, com otimismo, um cenário orçamental favorável a uma intervenção cuja necessidade está — há demasiado tempo — sinalizada.



A PRESIDENTE

Integridade, responsabilidade e independência.

Mas também serenidade e ponderação. Prudência. Elevação.

Estamos preparados – digo-o com convicção – para enfrentar os múltiplos desafios que estes nossos tempos nos lançam e continuarão a lançar.

São desafios. Não nos precipitaremos a antecipá-los ou a adivinhar-lhes o perfil. Não sucumbiremos ao ruído do mundo nem cederemos à tentação das torres de marfim. Não nos isolaremos em trincheiras. Mas também não vacilaremos. Sobretudo, não temeremos.

Porque estamos preparados – para continuar a consolidar a missão constitucional do Tribunal, para continuar a cultivar a confiança dos cidadãos, para continuar a ser esteio essencial da integridade, da transparência e da vitalidade do nosso Estado de Direito democrático.

Senhor Juiz Conselheiro António Francisco Martins, sei que posso – que o Tribunal pode – contar consigo, com a sua sensatez, equilíbrio e sentido institucional.

E, em nome do Tribunal, desejo-lhe as maiores felicidades no desempenho das funções que hoje renova.

Bem-haja.